

SANTA CATARINA

Ranking de Competitividade dos Estados

Edição 2022

O Ranking da Competitividade dos Estados Brasileiros é uma publicação anual concebida pelo Centro de Liderança Pública (CLP)

Jorginho dos Santos Mello

Governador de Santa Catarina

Marilisa Boehm

Vice-Governadora de Santa Catarina

Edgard Usuy

Secretário de Estado do Planejamento (SEPLAN)

Lucas Amancio

Secretário Adjunto de Estado do Planejamento (SEPLAN)

Adauto Viccari Junior

Diretor de Planejamento Estratégico

Paulo Zoldan

Coordenador do Informe e Economista



Sumário

Santa Catarina no Ranking de Competitividade dos Estados 2022

Aspectos Metodológicos	06
Destaques Regionais	08
Santa Catarina no Ranking	11
Santa Catarina: Os Pilares e Seus Indicadores	12
Segurança Pública	
Infraestrutura	
Sustentabilidade Social	
Solidez Fiscal	
Educação	
Sustentabilidade Ambiental	
Eficiência da Máquina Pública	
Capital Humano	
Tamanho do Mercado	
Inovação	
Conclusões	29
Anexos	31

Santa Catarina no Ranking de Competitividade dos Estados 2022

Aspectos Metodológicos

Em setembro passado foi lançado, em São Paulo, a 11ª edição do Ranking de Competitividade dos Estados. O Ranking foi concebido pelo Centro de Liderança Pública (CLP) em 2011, com o desenvolvimento técnico a cargo da Economist Intelligence Unit, por meio da metodologia SEALL, com o intuito de gerar diagnósticos e direcionamentos para a atuação dos líderes públicos estaduais. Em 2015, em sua quarta edição, o trabalho passou a contar também com a contribuição técnica da Tendências Consultoria Integrada. A partir da edição de 2021, passou a ser concebido integralmente pela Tendências.

Em sua concepção atual, o ranking possibilita identificar, dentro de cada um de seus 10 pilares temáticos, quais são os pontos fortes e fracos que influenciaram a classificação final do Estado em cada um dos indicadores contemplados.

O ranking, portanto, é uma ferramenta já conhecida e de grande relevância, que visa apoiar os líderes públicos brasileiros nas tomadas de decisões, com foco na melhoria de seus estados. Oferece ao setor público uma ferramenta exclusiva para nortear e avaliar ações no âmbito da sustentabilidade e que busca pautar a atuação dos líderes públicos na melhoria da competitividade.

O CLP compreende que a competitividade de um Estado está diretamente ligada à capacidade de ação dos seus líderes públicos. Assim, um estado competitivo é compreendido como aquele que está atento aos recursos disponíveis e a forma como são utilizados para surtir efeitos positivos, tanto na geração de bem-estar e serviços públicos, quanto no desenvolvimento econômico local, gerando mais empregos e renda para a população. A competição saudável faz com que Estados e Municípios busquem melhorar seus serviços públicos, atraindo empresas, trabalhadores e estudantes, para ali viverem e se desenvolverem social e economicamente.

Torna-se, dessa forma, importante, não apenas o resultado, mas também o sucesso em relação aos outros estados. Assim, ao observar como outros governos se comportam, um efeito é gerado, motivando governos a tomar iniciativas de desenvolver políticas com cada vez mais impacto.

O Ranking, tem, portanto, por objetivo alcançar um entendimento mais profundo e abrangente dos Estados brasileiros. Pode representar também uma ferramenta útil para o setor privado balizar decisões de investimentos produtivos, ao estabelecer critérios de atratividade em bases relativas entre os Estados, de acordo com as especificidades de seus projetos de investimento.

Os sistemas de ranking, da mesma forma, proporcionam aos cidadãos uma eficiente ferramenta de avaliação e cobrança de resultados dos gestores públicos. E também funcionam na promoção das melhores práticas na gestão pública.

Em suma, sistemas de rankings são percebidos com grande potencial para alavancar a eficácia e a eficiência das políticas públicas, fornecendo um mapeamento dos fatores de competitividade e de fragilidade das políticas públicas em cada Estado.

Por fim, o CLP entende que o acompanhamento dos dados e indicadores do Ranking de Competitividade dos Estados, permite um olhar para as ações da gestão que implica na focalização

de políticas prioritárias, em diagnósticos regionais e comparações com outros entes e ainda, o monitoramento da efetividade das iniciativas governamentais. Tendo em vista que com o volume de dados consolidados nesse trabalho os governos podem se orientar a partir desses diagnósticos, reavaliar suas prioridades e tomar decisões de forma embasada. Nesse sentido, os Rankings do CLP são parte relevante para o processo de informação e tomada de decisão por parte dos governos, pois se tratam de ferramentas únicas, destinadas aos agentes públicos para avaliar o curso de sua administração pública.

As experiências do uso do Ranking de Competitividade dos Estados revelam como esses elementos são imprescindíveis para determinar um foco preciso de uma ação por parte da administração pública, pois não é possível fazer um bom desenho de uma política pública sem um bom diagnóstico, sendo que um bom diagnóstico só é viável a partir de indicadores consolidados e testados. Da mesma forma, revelam o progresso de desempenho se bem utilizados.

Para tanto, o CLP selecionou 86 indicadores, distribuídos em 10 pilares temáticos, todos considerados como fundamentais para a promoção da competitividade e melhoria da gestão pública: Infraestrutura, Sustentabilidade Social, Segurança Pública, Educação, Solidez Fiscal, Eficiência da Máquina Pública, Capital Humano, Sustentabilidade Ambiental, Potencial de Mercado e Inovação. Cada pilar tem um peso específico no ranking geral e cada indicador um peso específico dentro de cada pilar.

Cada um desses indicadores, além da classificação no ranking, recebe também uma nota de 0 a 100, sendo 100 a nota máxima e que se refere ao Estado mais bem colocado. Para tanto, foi adotado o critério min-máx de normalização dos indicadores, no qual se utilizam os valores máximo e mínimo de cada indicador para normalizar linearmente os dados entre 0 e 100, mantendo a dispersão original dos dados. Ao final desse texto, um anexo contém a descrição de cada um dos 86 indicadores, as fontes que foram utilizadas e o ano de referência.

Para a apuração do ranking, foram utilizadas as informações mais atualizadas de cada indicador. Em função da grande diversidade de fontes, os anos de referência da pesquisa não são necessariamente os mesmos. A maioria, nessa edição, refere-se ao ano de 2021, mas em vários casos referem-se a anos anteriores, por ser o último disponível.

Os indicadores adotados e avaliados no Ranking foram utilizados como forma de mensuração de dois conjuntos de avaliação em sustentabilidade bem conhecidos no mercado: os critérios ESG (sigla em inglês para ambiental, social e governança) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Aliado à vontade política, o Ranking de Competitividade dos Estados coloca-se, portanto, como uma poderosa ferramenta para balizar as ações dos governos estaduais e apoiar a elaboração de políticas baseadas em evidências. Com ele, o desafio da construção de um Estado com elevados padrões socioeconômicos se torna mais factível, ressalta o CLP.

Destaques Regionais

Assim como na edição de 2021, São Paulo segue na primeira colocação no Ranking de Competitividade dos Estados. Destaca-se em Infraestrutura e Educação, ocupando a primeira posição do ranking nacional, e em sustentabilidade ambiental e inovação, com o segundo lugar. O estado também teve avanços em Capital Humano, ganhando cinco posições, passando da 11ª para a 6ª, e outras duas em Solidez Fiscal, na qual agora ocupa o 16º lugar. Contudo, houve piora nos pilares de Segurança Pública (-2 posições) e nos de Sustentabilidade Social, de Eficiência da Máquina Pública e do Potencial de Mercado (-1 posição em cada pilar).

Da mesma forma, Santa Catarina permaneceu na segunda posição pelo sexto ano consecutivo. (Em 2011, SC ocupava a 7ª posição; em 2012 e 2013 avançou para a 6ª, em 2014 para a 5ª, em 2015 e 2016 para a 3ª e desde 2017 ocupa o 2º posto). Lidera os rankings de Sustentabilidade Social, Segurança Pública e Eficiência da Máquina Pública. E ocupa a segunda posição em infraestrutura. Também ganhou mais relevância em Potencial de Mercado (+3), porém perdeu colocações nos pilares de Capital Humano (-9) e Solidez Fiscal (-2).

Uma mudança de posto entre os três primeiros colocados ocorreu com o Paraná. O Estado ganhou uma posição em relação ao levantamento de 2021, ultrapassando o Distrito Federal, e agora é o terceiro mais competitivo. O Paraná ocupa o primeiro lugar no pilar de Sustentabilidade Ambiental e o segundo no de Eficiência da Máquina Pública. Além disso, apresentou avanços nos rankings de Solidez Fiscal, ganhando cinco posições, em Eficiência da Máquina Pública, com quatro posições, e na Segurança Pública, com duas.

O Rio Grande do Sul subiu 3 posições no ranking deste ano e passou a ocupar o sexto posto. Contribuíram avanços em indicadores da Solidez Fiscal, da Infraestrutura, da Educação, do Potencial de Mercado, entre outros.

Enquanto os Estados do Sudeste, Sul e Centro-Oeste concentram-se na metade superior do Ranking, os do Norte e Nordeste ocupam as últimas posições. Nesta edição, a Paraíba tornou-se o representante do Nordeste mais bem colocado (12ª posição), ultrapassando o Ceará (13ª posição), e o estado do Amazonas (16ª posição) seguiu na liderança da região Norte.

As unidades da federação que mais subiram no ranking foram o Rio de Janeiro, com seis posições, passando da 17ª em 2021 para a 11ª em 2022, e Roraima, que foi da 27ª para a 22ª colocação.

TABELA 1 - Evolução no Ranking de Competividade dos Estados, 2015 e 2022

Estados	2022	2015
São Paulo	1°	1°
Santa Catarina	2°	3°
Paraná	3°	2°
Distrito Federal	4°	4°
Mato Grosso	5°	11°
Rio Grande do Sul	6°	6°
Mato Grosso do Sul	7°	9°
Minas Gerais	8°	7°
Goiás	9°	10°
Espírito Santo	10°	5°
Rio de Janeiro	11°	8°
Paraíba	12°	15°
Ceará	13°	12°
Alagoas	14°	27°
Pernambuco	15°	13°
Amazonas	16°	17°
Bahia	17°	14°
Tocantins	18°	18°
Rondônia	19°	19°
Rio Grande do Norte	20°	23°
Sergipe	21°	24°
Roraima	22°	16°
Pará	23°	22°
Acre	24°	26°
Piauí	25°	21°
Maranhão	26°	20°
Amapá	27°	25°

Fonte: Centro de Liderança Pública -CLP

TABELA 2 - Nota Geral Atribuída por Estado no Ranking de Competitividade dos Estados, 2015 e 2022

Estados	2022	2015
São Paulo	83,2	90,1
Santa Catarina	79,2	77,3
Paraná	75,3	79,7
Distrito Federal	74,5	69,8
Mato Grosso	60,6	52,8
Rio Grande do Sul	58,2	67,5
Mato Grosso do Sul	58,1	63,6
Minas Gerais	56,9	67,3
Goiás	56,6	58,2
Espírito Santo	54,8	67,8
Rio de Janeiro	49,8	66,2
Paraíba	48,9	50,6
Ceará	47,8	52,1
Alagoas	47,2	23,4
Pernambuco	46,5	51,4
Amazonas	45,3	47,9
Bahia	40,8	50,6
Tocantins	40,6	47,2
Rondônia	39,6	44,7
Rio Grande do Norte	37,5	40,7
Sergipe	37,4	35,4
Roraima	35,3	48,0
Pará	31,9	41,4
Acre	31,8	34,4
Piauí	31,6	41,7
Maranhão	31,4	43,1
Amapá	27,0	35,0

Fonte: Centro de Liderança Pública - CLP

Santa Catarina no Ranking

Vice-líder pelo sexto ano consecutivo, Santa Catarina se destaca ocupando a 1ª posição nos pilares de Segurança Pública, na Sustentabilidade Social e na Eficiência da Máquina Pública, bem como a 2ª colocação nos de Infraestrutura e a 3ª em Educação. E ainda a 4ª em Sustentabilidade Ambiental, no Potencial de Mercado e em Inovação.

Nessa edição o Estado ganha posições no pilar de Infraestrutura (+1); Eficiência da Máquina Pública (+1) e Potencial de Mercado (+3). Porém perdeu colocações nos pilares de Educação (-1); Solidez Fiscal (-2); Capital Humano (-9) e Inovação (-1).

Contudo, devido ao critério de ponderações, bem como ao desempenho dos indicadores das demais Unidades da Federação (UFs), esse balanço não permitiu que Santa Catarina avançasse na pontuação geral. Quando observado a nota geral do ranking, o Estado recuou de 80,7 na edição 2021 para 79,2 (-1,5) na edição atual, enquanto o 1º colocado, São Paulo, também perdeu competitividade, passando de 84,9 pontos para 83,2 pontos (-1,7). Já o Estado do Paraná, terceiro colocado no ranking avançou de 72,3 para 75,3 (+2,9), aproximando-se, portanto, da posição em que Santa Catarina se encontra.

Ainda observando o conjunto da federação, observa-se que entre 2015 e 2022, as únicas UFs que avançaram mais que Santa Catarina na pontuação geral foram na ordem: Alagoas (14º colocado), Mato Grosso (5º), Distrito Federal (4º) e Sergipe (21º). Um resultado relevante, considerando-se o já avançado nível de desenvolvimento socioeconômico de Santa Catarina, que figura com as melhores notas e classificações.

Dos 86 indicadores avaliados nessa edição em SC, 27 tiveram melhora na classificação no ranking, 29 permaneceram na mesma posição e houve piora em 30 deles. A comparação foi feita entre os dois últimos anos disponíveis para cada indicador.

Quanto a nota atribuída a cada um desses indicadores, o Estado teve a melhor nota em 8 deles. Houve melhora em 34 e piora em 40 deles, sendo que para 12 indicadores foram atribuídas a mesma nota em relação ao último ano disponível.

E assim, através da observação de cada um dos indicadores que compõem o ranking é possível compreender a dinâmica de cada um, e por sua vez, sondar as fragilidades e potencialidades de cada UF. Dessa forma, os pilares que sustentam o Ranking serão apresentados por ordem de peso atribuído a cada um deles no ranking, de maneira que se possa compreender sua composição, sua dinâmica no tempo e a posição de Santa Catarina no pilar e em cada um dos indicadores que os compõem. As comparações são sempre em relação aos demais estados brasileiros e ao Distrito Federal.

Santa Catarina: Os Pilares e Seus Indicadores

No caso da SEGURANÇA PÚBLICA, considera-se como o serviço público que melhor expressa o funcionamento das instituições do Estado, visto que a construção da ordem e a proteção aos direitos individuais ao longo de toda história se mostraram essenciais para o desenvolvimento. A preservação dos direitos individuais, aliada à preservação do primado da lei e à construção de mecanismos de institucionalização dos conflitos, é considerada como condição fundamental para o bem-estar social e a competitividade dos Estados. Por esta razão, a segurança pública recebeu o maior peso (13,3%) no Ranking.

Santa Catarina, Distrito Federal e Paraná ocupam, nessa ordem, as primeiras posições no pilar de Segurança Pública. Em relação à edição passada, Santa Catarina segue como o primeiro colocado, o Distrito Federal passou da 3ª para 2ª colocação, e o Paraná subiu da 5ª para 3ª colocação.

O pilar é composto por 9 indicadores, listados na Tabela 3. Por representar o crime que gera os maiores danos à sociedade, por índices alarmantes e por dispor das medições mais confiáveis, o indicador de Segurança Pessoal é o que possui a maior importância relativa. Santa Catarina se destaca com a segunda melhor classificação em Segurança Patrimonial (roubos por 100 mil habitantes) e em Segurança Pessoal. No indicador Segurança Pessoal (óbitos por 100 mil habitantes), o Estado teve melhora na nota atribuída ao indicador. Houve ainda melhora na colocação dos indicadores Mortalidade no Trânsito (de 19º para 16º posto) e Qualidade da Informação de Criminalidade (de 13º para 11º posto). Ficaram estáveis na classificação os indicadores Atuação do Sistema de Justiça Criminal (7º posto) e Segurança Pessoal (2º posto). Destaca-se ainda a melhora na nota do indicador Presos sem Condenação (ainda que tenha recuado um posto na classificação) e a piora na nota da Atuação do Sistema de Justiça Criminal, Déficit Carcerário, da Morbidade no Trânsito e de Mortes a Esclarecer.

TABELA 3: SC - PILAR SEGURANÇA PÚBLICA - Classificação por Indicador, 2015 a 2022

Ano/ Classificação no Pilar e por Indicaor	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015
	1º	1º	1º	1º	2º	1º	4º	3º
1. Atuação do Sist. de Justiça Criminal		7º	7º		11º	6º		6º
2. Déficit Carcerário		10º	7º	1º		1º	2º	7º
3. Morbidade no Trânsito		14º	12º	13º	17º			
4. Mortalidade no Trânsito			16º	19º	18º	17º	15º	5º
5. Mortes a esclarecer			10º	9º	9º	11º	7º	2º
6. Presos sem Condenação		7º	6º	5º		5º	8º	
7. Qualidade da Inform. de Criminal.			11º			13º		
8. Segurança Patrimonial		2º	1º	14º	1º	3º		8º
9. Segurança Pessoal		2º	2º	2º	2º	2º		2º

TABELA 3.1: SC - PILAR SEGURANÇA PÚBLICA - Nota Atribuída, 2015 a 2022

Ano/ Notas no Pilar e por Indicaor	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015
	100	100	100	100	97,8	100	91,5	92,5
1. Atuação do Sist. de Justiça Criminal		51,4	64,3		35	49,8		26,8
2. Déficit Carcerário		83,6	87,8	100		100	97	72,3
3. Morbidade no Trânsito		60,4	77,8	84,3	84,9			
4. Mortalidade no Trânsito			53,1	47	53,4	61,6	60,1	80,6
5. Mortes a esclarecer			81,5	94,3	88,3	85,4	90,9	96,2
6. Presos sem Condenação		81,2	73,4	68,6		74,8	61,2	
7. Qualidade da Inform. de Criminal.			77,4			74,9		
8. Segurança Patrimonial		99,4	100	73,4	100	97		69,9
9. Segurança Pessoal		95	94	89,3	93,4	89,8		92,8

No que se refere a **INFRAESTRUTURA**, considerou-se que sua crônica deficiência é um dos principais desafios para a melhoria da competitividade do País, juntamente com a deficiência na Educação. Buscou-se, aqui, compilar indicadores de segmentos como rodovias, energia e telecomunicações, sendo que pesos maiores foram dados aos indicadores de Qualidade do Serviço de Telecomunicações, Qualidade da Energia Elétrica e Qualidade das Rodovias, considerados os mais críticos. Já o indicador de Disponibilidade de Voos Diretos recebeu menor peso.

Por conta de sua importância decisiva para a competitividade, a infraestrutura tem o segundo maior peso entre os 10 pilares (12,5% do cômputo geral). São 10 os indicadores avaliados, conforme apresentado na Tabela 4, onde pode-se observar a evolução do Estado nos últimos anos, seja em relação a posição no ranking ou na nota atribuída ao Estado.

Santa Catarina, que ocupava a terceira melhor posição nesse pilar na edição de 2021, avançou um posto e voltou para a segunda colocação, ainda que a nota geral do pilar tenha passado de 73,4 para 72,7. Devido aos pesos atribuídos a cada indicador e também ao desempenho deles nas demais UFs, os avanços obtidos foram suficientes para contrabalançar a piora de alguns indicadores.

Nessa edição, o Estado manteve a 1ª posição no indicador Backhaul de Fibra Ótica, teve melhora na classificação dos indicadores Acessibilidade dos Serviços de Telecomunicações, Acesso à Energia Elétrica, Custo dos Combustíveis e Custo do Saneamento Básico. Houve piora, no entanto, na classificação do Custo de Energia Elétrica, Qualidade da Energia Elétrica, Qualidade das Rodovias e na Qualidade dos Serviços de Telecomunicações. E tiveram estabilidade, os indicadores Backhaul de Fibra Ótica e Disponibilidade de Voos Diretos.

Tabela 4: SC - PILAR INFRAESTRUTURA - Classificação por Indicador, 2015 a 2022

Ano/ Classificação no Pilar e por Indicaor	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015
	2°	3ª	2°	3°	4°	3°	4°	4°
1. Acessib.do Serv. De Telecomunicações		3°	4°	4°	4°	8°	7°	7°
2. Acesso à Energia Elétrica				4°	7°	6°		18°
3. Backhaul de Fibra Ótica		1°	1°	1°				
4. Custo da Energia Elétrica		6°	2°	3°	7°	10°	14°	11°
5. Custo de Combustíveis		5°	6°	3°	3°	6°	3°	4°
6. Custo de Saneamento Básico			17°	18°	16°	18°	18°	19°
7. Disponibilidade de Voos Diretos		9°	9°	9°	9°	9°	9°	10°
8. Qualidade da Energia Elétrica		16°	13°	16°	14°	15°	15°	13°
9. Qualidade das Rodovias		19°		15°	15°	11°	10°	17°
10. Qualidade do Serviço de Telecomunicações		12°	3°	5°	9°	10°	7°	8°

Tabela 4.1: SC - PILAR INFRAESTRUTURA - Nota Atribuída por Indicador, 2015 a 2022

Ano/ Notas no Pilar e por Indicaor	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015
	72,7	73,4	67,8	54,5	61,3	65,9	65,1	68,4
1. Acessib.do Serv. de Telecomunicações		53,7	53,8	58,3	56,4	48,5	43,4	43,4
2. Acesso à Energia Elétrica				99,4	97,6	98,9		
3. Backhaul de Fibra Ótica		100	100	100				
4. Custo da Energia Elétrica		72,8	88,5	89,7	73,7	52,4	40,6	40,6
5. Custo de Combustíveis		86	76,9	88,7	95,4	84,6	82,2	82,2
6. Custo de Saneamento Básico			46,6	40,2	50	48,7	38,6	38,6
7. Disponibilidade de Voos Diretos		10,1	8,9	10,5	10,9	11,2	10,8	10,8
8. Qualidade da Energia Elétrica		85,4	92,3	89,2	93	88,6	84	84
9. Qualidade das Rodovias		49,4		46,2	50,8	50,1	54,7	54,7
10. Qualidade do Serviço de Telecomunicações		73,1	91,3	88,6	83,6	71	74	74

O pilar da **SUSTENTABILIDADE SOCIAL** foi construído a partir de uma visão multidimensional. É uma ferramenta para mensurar o grau de eficiência da atuação governamental para minimizar a vulnerabilidade do indivíduo em diferentes estágios da vida. A ideia subjacente ao pilar é superar abordagens que centram atenção apenas na dimensão da renda quando avaliam o bem-estar social.

Nessa concepção, a qualidade de vida é considerada como resultado de uma combinação de ações governamentais que permitem o acesso aos direitos fundamentais e sociais para o conjunto da população. Naturalmente, porém, há um foco especial nos grupos socialmente mais vulneráveis e que não conseguem se incorporar na economia de mercado.

O pilar da sustentabilidade social é, em boa medida, uma síntese do princípio orientador do Ranking de Competitividade dos Estados como um todo. É dos de maior peso no cômputo geral do ranking (12%), juntamente com os de infraestrutura e segurança pública.

A conexão do pilar com a competitividade é absoluta, pois segundo os pressupostos do Ranking, não há melhor definição de um Estado competitivo do que aquele que é capaz de maximizar o bem-estar social de seus habitantes. Mas há também uma conexão com um conceito “mais privado” de competitividade. Muito embora o ranking contemple pilares específicos para educação e capital humano, o pilar de sustentabilidade social também tem importância crucial para o reforço da qualidade do capital humano. A proteção contra as vulnerabilidades sociais favorece também as chances de inserção dos indivíduos na economia de mercado, reforçando a quantidade de trabalho na economia – o que potencializa as taxas de crescimento, bem como o reforço ao tamanho do mercado consumidor. A face multidimensional do pilar caminha na direção compreendida como um movimento que equaliza a igualdade de oportunidades e respeita as escolhas individuais dos membros dessa comunidade.

Assim, o pilar está composto por 17 indicadores relacionados a saúde, pobreza, condições de moradia, saneamento básico e outros ligados à inserção econômica das famílias, conforme apresentado na Tabela 5. Os maiores pesos no Pilar foram atribuídos aos indicadores IDH, Famílias Abaixo da Linha da Pobreza, Mortalidade Materna e Mortalidade na Infância. Os menores pesos foram atribuídos ao Equilíbrio Racial e Inserção Econômica dos Jovens. As UFs mais bem colocadas foram Santa Catarina, Distrito Federal e Rio Grande do Sul, nessa ordem. Em relação à edição passada, Santa Catarina segue como o primeiro colocado, Distrito Federal segue como 2º, e o Rio Grande do Sul passou da 4ª para 3ª colocação.

Santa Catarina, portanto, é o Estado onde estão os melhores indicadores sociais do País, mantendo-se em primeiro lugar em toda a série avaliada. Tem a menor Desigualdade de Renda do País, a maior Taxa de Formalização do Mercado de Trabalho, a maior Inserção Econômica, inclusive de Jovens, a menor Mortalidade Materna e a maior Cobertura Vacinal. O Estado ainda é o segundo colocado no Número de Famílias abaixo da Linha de Pobreza (perdeu o primeiro posto para o Distrito Federal na edição de 2020) e em Mortalidade Infantil (Rio Grande do Sul ocupa o 1º posto). Santa Catarina tem ainda o 3º maior IDH do País.

Tabela 5: SC - PILAR SUSTENTABILIDADE SOCIAL - Classificação por Indicador, 2015 a 2022

Ano/ Notas no Pilar e por Indicaor	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015
	1°	1°	1°	1°	1°	1°	1°	1°
1. Acesso ao Saneamento Básico - Água				15°	15°	13°		12°
2. Acesso ao Saneam. Básico - Esgoto				10°	8°	9°		14°
3. Anos potenciais de vida perdidos			5°	5°	4°	6°	4°	5°
4. Desigualdade de renda		1°		1°		1°		1°
5. Famílias abaixo da linha da pobreza		2°		2°		1°		1°
6. Formalidade do Mercado de Trabalho		1°	1°	1°	1°	1°		1°
7. IDH						3°		3°
8. Inadequação de Moradia				8°				
9. Inserção Econômica		1°	1°	1°	1°	1°	1°	1°
10. Inserção Econômica dos Jovens		1°		1°	1°	1°		1°
11. Mortalidade Infantil			2°	1°	1°	1°	1°	1°
12. Mortalidade Materna			1°	2°	2°	4°	1°	1°
13. Mortalidade Precoce			4°	4°	4°	3°	2°	2°
14. Cobertura Vacinal		1°	1°					
15. Desnutrição na Infância		4°	2°					
16. Equilíbrio Racial			18°	20°				
17. Obesidade na Infância		5°	3°					

Tabela 5.1: SC - PILAR SUSTENTABILIDADE SOCIAL - Nota Atribuída por Indicador, 2015 a 2022

Ano/ Notas no Pilar e por Indicaor	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015
	100	100	100	100	100	100	100	100
1. Acesso ao Saneamento Básico - Água				74,2	77,3	76,8		75,7
2. Acesso ao Saneam. Básico - Esgoto				62,8	58,4	57,5		40
3. Anos potenciais de vida perdidos			84,9	87,8	88,6	88,3	90,1	86,7
4. Desigualdade de renda		100		100		100		100
5. Famílias abaixo da linha da pobreza		96,1		97,2		100		100
6. Formalidade do Mercado de Trabalho		100	100	100	100	100		100

Tabela 5.1: SC - PILAR SUSTENTABILIDADE SOCIAL - Nota Atribuída por Indicador, 2015 a 2022

Ano/ Notas no Pilar e por Indicaor	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015
	100	100	100	100	100	100	100	100
7. IDH						74,9		86,9
8. Inadequação de Moradia				81,9				
9. Inserção Econômica		100	100	100	100	100	100	100
10. Inserção Econômica dos Jovens		100		100	100	100		100
11. Mortalidade Infantil			96,9	100	100	100	100	100
12. Mortalidade Materna			100	89,4	98,2	90,6	100	100
13. Mortalidade Precoce			80,7	77,5	84,3	78,6	80,6	80,6
14. Cobertura Vacinal		100	100					
15. Desnutrição na Infância		92,4	96,1					
16. Equilíbrio Racial			29,3	27,6				
17. Obesidade na Infância		68,2	65,5					

Vale ainda destacar que em comparação à edição de 2021, não houve atualização dos indicadores de Acesso ao Saneamento Básico - Água, Acesso ao Saneamento Básico - Esgoto e Inadequação de Moradia. O IBGE confirmou a suspensão da divulgação dos módulos anuais de Características Gerais dos Domicílios de 2020 e 2021, da PNAD Contínua Anual, tendo em vista a dificuldade de coleta durante a pandemia. Quanto ao IDH, o PNUD informou que a divulgação foi adiada para novembro de 2022, em virtude das eleições presidenciais, posterior, portanto, a divulgação dessa edição.

O pilar da SOLIDEZ FISCAL foi construído sob o pressuposto de ser condição fundamental para o crescimento sustentado de longo prazo de um determinado país, estado ou município. Se as receitas governamentais ficam continuamente abaixo das suas despesas, o governo incorre em déficits, resultando no aumento de seu endividamento e, conseqüentemente, em baixa capacidade para investir na ampliação e manutenção dos serviços públicos. A baixa oferta e qualidade dos serviços públicos geram prejuízos econômicos e sociais aos seus cidadãos. Um governo que não consegue “fechar suas contas” perde credibilidade e confiança por parte dos contribuintes, empresas e investidores nacionais e internacionais.

As UFs mais bem colocadas, neste pilar, foram MT, ES e AL, nessa ordem. Em relação à edição passada, o Mato Grosso passou da 2ª para a 1ª colocação, o Espírito Santo caiu da 1ª para 2ª colocação e Alagoas subiu da 5ª para 3ª colocação.

O pilar contempla nove indicadores e tem peso 11,5% no ranking geral. Os indicadores de maior peso são os de Solvência Fiscal, Gasto com Pessoal, Índice de Liquidez e Poupança Corrente. Santa Catarina recuou 2 posições no Pilar em 2022 passando para 15ª colocação no ranking, lembrando que o Estado já ocupou o 7º posto, tanto em 2015 como em 2017. A posição de cada indicador apresenta-se na Tabela 6.

Houve avanços no indicador Índice de Liquidez (de 5º posto para o 2º); Regra de Ouro (de 15º posto para o 12º) e Sucesso do Planejamento Orçamentário (de 19º posto para o 15º). O indicador Autonomia Fiscal manteve-se estável na sétima colocação enquanto os demais perderam posições. Nesse último caso destaca-se o recuo dos indicadores Gasto com Pessoal (14º para 20º) e Poupança Corrente (10º para 14º).

Tabela 6: SC - PILAR SOLIDEZ FISCAL - Classificação por Indicador, 2015 a 2022

Ano/ Notas no Pilar e por Indicaor	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015
	15°	13°	10°	16°	9°	7°	10°	7°
1. Autonomia Fiscal		7°	7°	7°	7°	7°	6°	8°
2. Capacidade de Investimento		12°	10°	14°	13°	7°	5°	5°
3. Gasto com Pessoal		20°	14°	12°	15°			
4. Índice de Liquidez		2°	5°	5°				
5. Poupança Corrente		14°	10°	12°	18°			
6. Regra de Ouro		12°	15°	11°				
7. Resultado Primário		19°	17°	16°	16°	18°	21°	19°
8. Solvência Fiscal		23°	22°	23°	23°	16°	16°	12°
9. Sucesso do Planej. Orçamentário		15°	19°	16°	15°	19°	19°	19°

Tabela 6: SC - PILAR SOLIDEZ FISCAL - Nota Atribuída por Indicador, 2015 a 2022

Ano/ Notas no Pilar e por Indicaor	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015
	65,8	75,5	67,5	60,2	80,9	76,4	64,5	93,2
1. Autonomia Fiscal		74,2	75,2	76,6	82,7	80	76,6	71,2
2. Capacidade de Investimento		30	43,4	30,3	30,8	60,1	66,5	53,6
3. Gasto com Pessoal		61,5	72,5	63,7	62,5			
4. Índice de Liquidez		99,8	95,3	93,8				
5. Poupança Corrente		38,6	38,6	39,4	40,9			
6. Regra de Ouro		37,4°	51,3	64,5				
7. Resultado Primário		25	12,8	27,7	33,4	45,7	29,1	13,9
8. Solvência Fiscal		66,4°	73,4	69,6	65	83	81,8	79,8
9. Sucesso do Planej. Orçamentário		55,9	50,3	55,6	69,2	51,3	58	51,9

O pilar **EDUCAÇÃO**, por sua importância é um dos de maiores pesos do ranking (11,4%), sendo complementado ainda pelo pilar capital humano, com 8,1% do peso total. Enquanto o primeiro pilar avalia as condições atuais da educação, o segundo examina o nível educacional dos indivíduos que já estão no mercado de trabalho e seu impacto sobre a produtividade da economia.

As deficiências na educação do País estão entre os maiores desafios para a melhoria da competitividade nacional, minando tanto o potencial de desenvolvimento econômico quanto social.

Há um amplo conjunto de medidas que precisam ser tomadas para reverter a situação e que vão muito além da melhora da qualificação e remuneração dos docentes, sendo que a melhoria da gestão das unidades educacionais deveria estar no centro das prioridades.

São Paulo, Minas Gerais e Santa Catarina ocupam, nessa ordem, as primeiras posições no pilar de Educação. Em relação à edição passada, São Paulo segue como o primeiro colocado, Minas Gerais passou da 3ª para 2ª colocação, e Santa Catarina caiu da 2ª para 3ª colocação.

Este pilar é composto por 7 indicadores. Os indicadores Índice de Oportunidade da Educação e a Taxa de Atendimento do Ensino Infantil são os de maior peso no Pilar. Embora Santa Catarina tenha recuado um posto nessa edição, observa-se oscilação tanto de melhora como de piora nos indicadores que o compõe. Os únicos indicadores que avançaram entre 2021 e 2022 foram o Índice de Oportunidade na Educação e as Taxas de Frequência Líquida do Ensino Médio (ambos passaram de 6º para 4º posto). O primeiro mede a qualidade das oportunidades educacionais oferecidas por municípios e estados. Houve piora, no entanto, na colocação e na nota atribuída ao indicador Avaliação da Educação (passa de 1º para o 8º posto); no IDEB (passa de 2º para o 6º posto) e na Taxa de Atendimento do Ensino Infantil (passa de 1º para o 3º posto). Os indicadores ENEM e Taxa de Frequência Líquida do Ensino Fundamental permaneceram estáveis no que se refere a colocação, sendo que o último teve melhora na nota.

Ressalta aqui, que na comparação à edição de 2021, não houve atualização dos indicadores de ENEM já que houve o adiamento da divulgação dos microdados de 2020, sem qualquer previsão de nova data, em virtude da necessidade de o modelo adaptar-se às exigências trazidas pela recente Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Quanto ao IDEB, o INEP informou que a divulgação dos resultados de 2021 estava previsto para a segunda quinzena do mês de setembro de 2022 e o Índice de Oportunidade da Educação é atualizado bianualmente.

Tabela 7: SC - PILAR EDUCAÇÃO - Classificação por Indicador, 2015 a 2022

Ano/ Notas no Pilar e por Indicaor	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015
	3º	2º	2º	3º	3º	3º	3º	4º
1. Avaliação da Educação	8º	1º	12º	19º	20º	22º	22º	21º
2. ENEM				4º	4º	1º		6º
3. IDEB				6º		2º		2º
4. Índice de Oportunidade da Educação		4º		6º		5º		3º
5. Taxa de Atendimento do Ensino Infantil		3º		1º	2º	2º		
6. Tx de Frequência Líquida do Ensino Médio		4º		6º	3º	4º		7º
7. Tx de Frequência Líquida do Ensino Fundamental		10º		10º	9º	7º		6º

Tabela 7.1: SC - PILAR EDUCAÇÃO - Nota Atribuída por Indicador, 2015 a 2022

Ano/ Notas no Pilar e por Indicaor	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015
	92,6	86,7	86,4	82,0	86,0	83,1	85,7	84,1
1. Avaliação da Educação	80,0	100,0	70,0	20,0	10,0	0,0	0,0	0,0
2. ENEM				92,4	92,4	100		71,6
3. IDEB				78,6		97,1		96,2
4. Índice de Oportunidade da Educação		83,5		78,9		78,4		92,9
5. Taxa de Atendimento do Ensino Infantil		92,6		100	98	96,9		
6. Tx de Frequência Líquida do Ensino Médio		89,4		75,9	84,1	71,8		61,7
7. Tx de Frequência Líquida do Ensino Fundamental		72,8		68,9	69,4	81,8		93,2

No que se refere ao pilar da **SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**, a abordagem pressupõe que o padrão de desenvolvimento econômico de longo prazo pode estar duramente comprometido em função de restrições ambientais severas. Essas restrições vêm se tornando cada vez mais visíveis, transformando externalidades negativas até então pouco tangíveis em custos e prejuízos econômicos concretos no curto prazo. Nesse sentido, o Estado tem papel fundamental como indutor de um padrão ambientalmente sustentável de desenvolvimento.

Em comparação à edição de 2021, não houve atualização do indicador de Velocidade do Desmatamento. Embora os dados nacionais e por bioma tenham sido divulgados oficialmente, não foi possível reproduzir o indicador para as UFs. O cálculo dos dias de intervalo não nos pareceu possível com os dados disponibilizados no site oficial do MapBiomas. Merece comentário adicional o indicador de Tratamento de Esgoto. A proporção de domicílios com acesso à água encanada proveniente de rede geral de distribuição no estado ainda se refere a 2019, como na última edição. Já a parcela de esgoto tratado do total de água consumida foi atualizada para 2021. As UFs mais bem colocadas, este pilar, foram PR, SP e DF, nessa ordem. Em relação à edição passada, esses estados permaneceram nas mesmas posições.

Santa Catarina manteve a 4ª colocação nesse pilar, depois de avançar 4 posições em 2021 e teve avanço no ranking na maior parte dos indicadores. O peso do pilar no ranking é de 8,8%, sendo que são onze os indicadores utilizados. Os de maior peso são: Emissão de CO₂; Tratamento de Esgoto; Perda de Água e Desmatamento.

Os indicadores em que o Estado está melhor posicionado considerando-se os últimos dados disponíveis foram: Velocidade do Desmatamento (2ª); Coleta Seletiva do Lixo (2ª); Reciclagem de Lixo (3ª) e Destinação do Lixo (3ª). Serviços Urbanos, que trata da oferta de serviços de manejo de resíduos sólidos executados, passa de 14º para 12º, lembrando que em 2018, o Estado ocupava o 22º posto. Em Tratamento de Esgoto, SC manteve a 15ª colocação, também ocupando melhor posição que em anos anteriores a 2019. Perda de Água também vem apresentando melhoras ao longo da série, sendo que na última edição passa de 6º para 4º. O Estado também avançou em Recuperação de Áreas Degradadas (passa de 22º para 11º); na Transparência das Ações de Combate ao Desmatamento (passa de 21º para 15º) e no Desmatamento (passa de 10º para 8º). O

único indicador que Santa Catarina teve recuo foi o da Emissões de CO2 (passa de 4° para 16°), a pior colocação na série.

Tabela 8: SC - PILAR SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL - Classificação por Indicador, 2015 a 2022

Ano/ Notas no Pilar e por Indicaor	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015
	4°	4°	8°	10°	8°	11°	9°	15°
1. Destinação do Lixo			3°	10°	2°	5°	2°	5°
2. Emissões de CO2			16°	4°	8°	12°	14°	13°
3. Perda de Água			4°	6°	7°	9°		
4. Serviços Urbanos			12°	14°	22°	11°	8°	10°
5. Tratamento de Esgoto			15°	15°	19°	19°	17°	16°
6. Coleta Seletiva de Lixo			2°	2°				
7. Desmatamento		8°	10°					
8. Reciclagem de Lixo			3°	3°				
9. Recuperação de Áreas Degradadas			11°	22°				
10. Transparência das Ações de Combate ao Desmatamento		15°	21°					
11. Velocidade do Desmatamento			2°					

Tabela 8.1: SC - PILAR SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL - Nota Atribuída por Indicador, 2015 a 2022

Ano/ Notas no Pilar e por Indicaor	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015
	80,7	72,6	66,6	61,0	65,2	57,1	57,9	40,8
1. Destinação do Lixo			93,9	64,2	85,9	81,5	99,8	85
2. Emissões de CO2			64,5	95	67	60,4	62,9	63
3. Perda de Água			86,6	88,1	89,8	79		
4. Serviços Urbanos			58,4	53,7	14,2	43,3	35,1	45,2
5. Tratamento de Esgoto			27,1	29,4	25,1	27,2	25,7	28,6
6. Coleta Seletiva de Lixo			84,5	85,1				
7. Desmatamento		98,1	94,4					
8. Reciclagem de Lixo			90,7	92,6				
9. Recuperação de Áreas Degradadas			34,7	1,6				
10. Transparência das Ações de Combate ao Desmatamento		0	0					
11. Velocidade do Desmatamento			99,1					

A discussão expressa no pilar da **EFICIÊNCIA DA MÁQUINA PÚBLICA** está entre as motivações centrais da construção do Ranking, uma vez que motiva a criação de mecanismos de incentivos para a construção de um bom governo. A profissionalização e o desenvolvimento de canais institucionais para reforçar a meritocracia no interior da administração pública são considerados não apenas como centrais na competitividade dos estados, mas instrumentos fundamentais no debate sobre a qualidade da democracia.

Sob a ótica da competitividade, o CLP destaca a importância do pilar no que se refere ao tratamento dos custos de transação. A ineficiência da burocracia pública diminui a produtividade da economia ao minar a construção de um ambiente de negócios. A atividade econômica é considerada dependente de um ambiente positivo ao investimento e a inovação. Quando as instituições governamentais reduzem o custo da transação econômica, a energia dos agentes econômicos se volta para tarefas que reforçam o dinamismo da economia.

Neste pilar, com peso de 8,2% no ranking final são avaliados 11 indicadores. Os de maior peso no Pilar são: Eficiência do Judiciário, Qualidade da Informação Contábil e Fiscal, Custo do Legislativo/ PIB e Produtividade dos Magistrados e Servidores do Judiciário. As UFs mais bem colocadas, neste pilar, foram SC, PR e RS, nessa ordem. Em relação à edição passada, Santa Catarina passou da 2ª para a 1ª colocação, mantendo-se bem melhor posicionada quando comparado com os períodos anteriores a 2020. O Paraná subiu da 6ª para 2ª colocação e o Rio Grande do Sul passou da 4ª para 3ª colocação.

O Estado está mais bem classificado em Produtividade dos Magistrados e Servidores do Judiciário que passou da 8ª colocação para a 1ª, com melhora significativa na nota atribuída ao indicador. Também se destaca na Qualidade da Informação Contábil e Fiscal (2º), bem à frente do posto que ocupava em 2019 (10º); no Equilíbrio de Gênero no Emprego Público Estadual (3º) e no Custo do Legislativo/PIB (recua do 3º para o 4º posto). O Indicador Custo do Judiciário manteve a 5ª colocação, embora tenha tido piora na nota atribuída. Já a Eficiência do Judiciário teve melhora significativa passando da 18ª colocação para a 7ª e com expressiva melhora na nota atribuída ao indicador.

Houve piora relativa na colocação do Índice de Transparência (de 4º para 15º posto) e na Oferta de Serviços Digitais (de 5º para 7º posto). Equilíbrio de Gênero na Remuneração Pública Estadual e Prêmio Salarial Público-Privado teve recuo tanto na nota como na classificação, conforme apresentado na tabela 9.

Tabela 9: SC - PILAR EFICIÊNCIA DA MÁQUINA PÚBLICA - Classificação por Indicador, 2015 a 2022

Ano/ Classificação no Pilar e por Indicaor	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015
	1°	2°	1°	7°	8°	7°	7°	4°
1. Custo do Executivo/PIB		9°	9°	9°	10°	10°	9°	12°
2. Custo do Judiciário/PIB		5°	5°	5°	5°	5°	5°	6°
3. Custo do Legislativo/PIB		3°	4°	5°	6°	5°	6°	6°
4. Eficiência do Judiciário			7°	18°		25°	24°	24°
5. Índice de Transparência			15°		4°		13°	
6. Oferta de serviços Públicos Digitais	7°	5°		1°				
7. Produtividade do Magistrado e Servidores do Judiciário			1°	8°				
8. Qualidade da informação Contábil e Fiscal		2°	2°	10°				
9. Prêmio Salarial Público-Privado		9°		6°				
10. Equilíbrio de Gênero na Remuneração Pública Estadual		16°		8°				
11. Equilíbrio de Gênero no Emprego Público Estadual		3°		10°				

Tabela 9.1 : SC - PILAR EFICIÊNCIA DA MÁQUINA PÚBLICA - Nota Atribuída por Indicador, 2015 a 2022

Ano/ Notas no Pilar e por Indicaor	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015
	100	99,2	100	82,5	77,7	86,4	92,7	93,9
1. Custo do Executivo/PIB		86,6	86,9	86,4	87,5	91,8	92	90,5
2. Custo do Judiciário/PIB		86,1	94	91,5	91,5	88,9	92,8	94
3. Custo do Legislativo/PIB		96	95,4	94,4	92,2	94,1	93,4	88
4. Eficiência do Judiciário			72,8	25,9		5,5	13,7	15,7
5. Índice de Transparência			84,5		93,4		97,2	
6. Oferta de serviços Públicos Digitais	69,5	88,7		100				
7. Produtividade do Magistrado e Servidores do Judiciário			100	96,6				
8. Qualidade da informação Contábil e Fiscal		94,8	99,3	80,7				
9. Prêmio Salarial Público-Privado		46,7		65,7				
10. Equilíbrio de Gênero na Remuneração Pública Estadual		62,8		74,5				
11. Equilíbrio de Gênero no Emprego Público Estadual		97,1		75				

No que se refere ao pilar **CAPITAL HUMANO**, pressupõe-se o baixo nível de qualificação da mão de obra como um dos principais gargalos ao desenvolvimento econômico e social do País. Embora o pilar CAPITAL HUMANO não esteja entre os de maior peso (8,1%), isso se justifica em função da sua complementariedade com a educação, cujo peso é 11,4%.

Aqui foram considerados indicadores de Qualificação dos Trabalhadores (anos de estudo médio das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas) e a relação com a produtividade. Nesse último, a partir de 2021, houve alteração do denominador de “Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência” por “PIB total pela média de horas efetivamente trabalhadas em todos trabalhos das pessoas de 14 anos ou mais de idade”, tendo em vista o elevado contingente de subocupados por horas trabalhadas. O PIB considerado é uma estimativa da Tendências Consultoria, conforme regularmente publicado em seu relatório “Cenários Estaduais de Atividade Econômica”.

Em contrapartida, foram considerados também os custos da mão de obra (fundamentalmente salários), que, embora estejam estreitamente relacionados ao nível de qualificação, produtividade e bem-estar social de cada estado, é também um indicador relevante para a tomada de decisão de investimentos por parte das empresas. De todo modo, ressalta-se que os indicadores de qualificação e produtividade possuem de modo combinado um peso significativamente maior dentro do pilar do que o indicador de custo de mão de obra.

As UFs mais bem colocadas, neste pilar, foram DF, AM e RR, nessa ordem. Em relação à edição passada, o Distrito Federal permanece na 1ª colocação, o Amazonas passou da 3ª para 2ª colocação, e Roraima subiu da 10ª para 3ª colocação.

Tabela 10: SC - PILAR CAPITAL HUMANO - Classificação por Indicador, 2015 a 2022

Ano/ Classificação no Pilar e por Indicaor	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015
	24°	15°	5°	7°	5°	3°	6°	3°
1. Custo de Mão de Obra		24°	23°	22°	23°	23°	22°	23°
2. PEA com Ensino Superior		5°	4°	4°	6°	5°		5°
3. Produtividade do Trabalho		6°	7°	4°	6°	4°	4°	5°
4. Qualificação dos Trabalhadores		5°	5°	5°	5°	5°		4°

Tabela 10.1: SC - PILAR EFICIÊNCIA DA MÁQUINA PÚBLICA - Nota Atribuída por Indicador, 2015 a 2022

Ano/ Nota no Pilar e por Indicaor	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015
	10,7	37,9	45,6	53,4	53,8	70,4	68,0	57,2
1. Custo de Mão de Obra		51	54,4	56,5	59,1	58,7	60,5	58,7
2. PEA com Ensino Superior		39,7	42,3	41,6	42,6	42,5		40,6
3. Produtividade do Trabalho		26,1	22,8	34,2	31,1	34,9	38,3	38,2
4. Qualificação dos Trabalhadores		51,9	57,7	61,5	60,1	61,3		65,3

Santa Catarina recuou 9 posições em 2022 após ter recuado 10 posições em 2021. O Estado já ocupou posições melhores em anos anteriores, registrando avanços e retrocessos nesse período quando observamos os indicadores que o compõe. Em 2021, a alteração da metodologia no indicador Produtividade do Trabalho, explica em parte a perda de postos do Estado. Também houve perda de nota e colocação no indicador do Custo de Mão de Obra. Vale destacar que o Custo da Mão de Obra no Estado é uma das mais altas do País (24º posto), sendo que a Qualificação dos Trabalhadores manteve a 5ª melhor posição do País, ainda que com piora na nota. O Indicador PEA com Ensino Superior teve a 5ª colocação (-1) com piora também na nota atribuída.

No pilar **TAMANHO DO MERCADO** foi considerado o tamanho do PIB de cada Estado, a dinâmica de crescimento do PIB nos últimos anos e o crescimento potencial da força de trabalho. Naturalmente, o tamanho da economia do Estado é uma das variáveis levadas em consideração na decisão de destinação de investimentos das empresas, favorecendo a competitividade das maiores UFs. Ao mesmo tempo, Estados com economias mais dinâmicas também abrem mais oportunidades de investimento, gerando um ciclo virtuoso de competitividade e desenvolvimento econômico. O ritmo de crescimento da população em idade de trabalho, por sua vez, constitui um dos principais determinantes do crescimento potencial de longo prazo.

Ressalta-se que o indicador tamanho de mercado sofre um redutor em seu peso dentro do pilar em razão do critério de ponderação denominado de 'dispersão', evitando assim que os maiores Estados do País em termos de PIB – São Paulo possui mais de três vezes o tamanho do segundo maior Estado (Rio de Janeiro) – adquiram uma vantagem excessiva no Ranking como um todo, por conta de um único indicador. Além disso, o pilar possui peso relativamente pequeno (7,3%). Desse modo, o grande desequilíbrio entre as UFs em termos de tamanho de PIB acaba tendo um impacto limitado no pilar e, principalmente, no ranking geral.

Vale destacar que o indicador Taxa de Crescimento considera a média das variações do PIB real dos últimos 4 anos (2018 a 2021), sendo as taxas de 2018 e 2019 as últimas divulgadas oficialmente pelo IBGE. Dada a grande defasagem na divulgação dos dados, a Tendências Consultoria Integrada estimou as taxas para 2020 e 2021, considerando os principais indicadores estaduais de alta frequência e a especialização econômica de cada UF. As estimativas são consistentes com o desempenho do Brasil, tendo em vista que o IBGE divulga os dados nacionais com menor defasagem.

As UFs mais bem colocadas, neste pilar, foram AM, RR e AP, nessa ordem. Em relação à edição passada, o Amazonas e Roraima permaneceram nas mesmas posições, ao passo que o Amapá passou da 5ª para 3ª colocação.

Nesse indicador o Estado teve um avanço importante, passando de 7º para o 4º posto. O principal indicador que influenciou esse avanço foi a Taxa de Crescimento da Economia, que posicionou Santa Catarina em 2º lugar, ante a 6º posição no ano anterior. Os demais indicadores permaneceram estáveis no ranking, ainda que com ligeira melhora na nota atribuída.

Tabela 11: SC - PILAR TAMANHO DO MERCADO - Classificação por Indicador, 2015 a 2022

Ano/ Classificação no Pilar e por Indicaor	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015
	4°	7°	5°	8°	8°	10°	19°	19°
1. Crescimento Potencial da Força de Trabalho		16°	16°	16°	16°	15°	15°	15°
2. Tamanho de mercado		6°	6°	6°	6°	6°	6°	7°
3. Taxa de crescimento		2	6°	3°	6°	7°	10°	17°

Tabela 11.1: SC - PILAR TAMANHO DO MERCADO - Nota Atribuída por Indicador, 2015 a 2022

Ano/ Nota no Pilar e por Indicaor	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015
	66,7	51,9	61,0	45,7	51,8	43,8	28,9	53,9
1. Crescimento Potencial da Força de Trabalho		35,8	32,5	28,1	24,3	39,8	39	38,7
2. Tamanho de mercado		13,8	13,5	12,9	12,6	12,7	12,6	12,1
3. Taxa de crescimento		87,2	62	77,4	67	52,9	48,6	36,6

Por último, o pilar **INOVAÇÃO** é compreendido como aquele que envolve aspectos relacionados a introdução de novas técnicas e métodos que transformam positivamente os processos existentes no interior das empresas, organizações e da sociedade em geral. Envolve, portanto, uma melhora significativa, que, em geral, substitui práticas e processos anteriores.

A teoria econômica moderna considera a inovação peça-chave para o crescimento e desenvolvimento econômico de longo prazo, pois ela promove ganhos de produtividade que permitem às pessoas e organizações produzirem mais, novos e melhores produtos e serviços a custos menores para um dado nível de insumos (fatores) produtivos.

O ambiente ideal para o surgimento de inovações combina a presença de competição com ações de fomento à pesquisa e desenvolvimento (P&D). Em geral, as maiores inovações surgem a partir do trabalho conjunto entre o setor privado, a academia, os institutos de pesquisa e o público. O setor privado, submetido à competição, é um grande demandante de inovações. A academia e os institutos de pesquisa constituem o núcleo central onde nascem as principais inovações. Já o setor público desempenha importante papel na coordenação, acompanhamento e, em muitos casos no financiamento das diversas pesquisas realizadas no País, sendo inclusive muitas delas desenvolvidas em universidades públicas estaduais.

Tabela 12: SC - PILAR INOVAÇÃO - Classificação por Indicador, 2015 a 2022

Ano/ Classificação no Pilar e por Indicaor	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015
	4°	3°	3°	3°	3°	3°	3°	3°
1. Bolsa de Mestrado e Doutorado		9°	10°		13°	7°		
2. Empreendimentos	4°	3°	1°	1°				
3. Investimentos em P&D				7°	8°	10°	11°	6°
4. Patentes		3°		2°	2°	2°	1°	
5. Pesquisa Científica				14°				

Tabela 12.1: SC - PILAR INOVAÇÃO - Nota Atribuída por Indicador, 2015 a 2022

Ano/ Nota no Pilar e por Indicaor	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015
	82,4	92,9	85,4	90,8	65,5	62,2	64,9	62,3
1. Bolsa de Mestrado e Doutorado		68,7	44,4		38	65,4		
2. Empreendimentos	83,2	93,8	100	100				
3. Investimentos em P&D				27,7	21,2	19,6	18,9	31,1
4. Patentes		70		93,7	94,4	83,3	100	
5. Pesquisa Científica				43,5				

O pilar Inovação tem peso 7% no cômputo geral e contempla cinco indicadores com pesos semelhantes que refletem de modo claro a importância dos setores privado e público e das universidades como promotores da inovação.

Em comparação à edição de 2021, não houve atualização do indicador de Pesquisa Científica. O Grupo Folha informou que a atualização do Ranking Universitário Folha (RUF) deve ocorrer em 2023, tendo em vista a dificuldade de acesso a informações com o Governo Federal. Merece comentário adicional o indicador de Bolsa de Mestrado e Doutorado. Os dados da Bolsa CAPES ainda se referem ao ano de 2020, como na última edição. O Ministério da Educação informou que a divulgação dos dados de "Concessão de Bolsas de pós-graduação da Capes no Brasil" estaria prevista para o final do mês de agosto de 2022. Os dados do CNPQ e CONFAP foram atualizados no indicador.

As UFs mais bem colocadas, neste pilar, foram RS, SP e PR, nessa ordem. Em relação à edição passada, Rio Grande do Sul e São Paulo permaneceram nas mesmas posições, enquanto o Paraná subiu da 4ª para 3ª colocação, antes ocupada por Santa Catarina.

Santa Catarina que vinha nos últimos seis anos ocupando a 3ª colocação no pilar foi superada pelo Rio Grande do Sul e ocupa agora a 4ª posição no ranking da inovação.

O estado recuou um posto no indicador Depósito de Patentes e ficou em 3º na classificação. Em

Empreendimentos Inovadores, SC perdeu mais uma posição, e agora ocupa o 4º lugar, lembrando que nas edições de 2019 e 2020 ocupava o 1º lugar. Esse indicador mede o número de Aceleradoras, Incubadoras, Parques Tecnológicos e Parques Científicos associados à Anprotec (Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores) e revela o potencial do Estado em promover a Ciência, Tecnologia e Inovação, diante da atual transição à revolução digital.

No indicador Investimentos em P&D (7º) e em Bolsa de Mestrado e Doutorado (9º), o Estado teve mais um avanço, com melhora tanto na nota como na colocação. A pior classificação nesse pilar está na Pesquisa Científica (14º).

Conclusões

Como pode-se observar, o Ranking de Competitividade elaborado pelo CLP permite uma análise profunda e abrangente dos Estados Brasileiros, sendo uma excelente ferramenta de controle e acompanhamento da gestão pública. Permite identificar de forma simples, as áreas que precisam de melhorias e a definição de prioridades na atuação dos governos estaduais, estimulando a elevação do padrão de competitividade entre eles.

Da mesma forma, ao possibilitar uma comparação direta entre as UFs, de uma série de atributos econômicos e sociais, os sistemas de ranking proporcionam aos cidadãos uma eficiente ferramenta de avaliação e cobrança de resultados dos gestores públicos. Desse modo, os rankings têm potencial para operar como um poderoso sistema de incentivo aos agentes públicos, assim como um mecanismo de prestação de contas e de promoção das melhores práticas na gestão pública.

A competitividade de um Estado está diretamente ligada à capacidade de ação dos seus líderes públicos, premissa básica adotada pela CLP no desenvolvimento da metodologia desse trabalho. Por isso, o ranking veio oferecer as bases para a construção de um legado de competitividade para aqueles governos que assim desejarem.

Em suma, sistemas de rankings possuem grande potencial para alavancar a eficácia e a eficiência das políticas públicas, fornecendo um mapeamento dos fatores de competitividade e das fragilidades das políticas públicas em cada Estado, aqui sistematicamente evidenciados pelo CLP.

Apesar de Santa Catarina ter avançado 5 posições desde a primeira edição do Ranking, em 2011, quando ocupava o 7º posto, e se consolidar como uma liderança competitiva, tanto o governo estadual como a sociedade em geral, se deparam com muitos desafios a serem enfrentados. São vários os indicadores em que Santa Catarina ou não está bem colocada ou perdeu pontuação no indicador. São exemplos indicadores da Segurança Pública (Morbidade e Mortalidade no trânsito); da Infraestrutura (Acesso e Custo do Saneamento Básico, Qualidade das Rodovias, Qualidade dos Serviços de Telecomunicações); da Sustentabilidade Social (Obesidade e Desnutrição na Infância); da Solidez Fiscal (Solvência, Gasto com Pessoal, Resultado Primário); da Sustentabilidade Ambiental (Emissões de CO₂, Tratamento de Esgoto, Combate ao Desmatamento); da Inovação (Pesquisa Científica e Incentivo a Inovação), apenas para destacar alguns exemplos onde o Estado tem muito espaço para avançar.

O padrão de competitividade vem se mostrando cada vez mais dinâmico, não somente entre os estados brasileiros, mas especialmente no cenário internacional. E os desafios se renovam e crescem, e exigem esforços de criatividade e atitude para enfrenta-los. Ainda mais, considerando-se que nos deparamos com uma provável reorganização das cadeias globais de produção, fortemente impactadas tanto pela guerra na Ucrânia, como pela pandemia da Covid.

Também a perspectiva de grandes desafios climáticos nos próximos anos demanda um olhar atento e ações concretas, tanto para mitigar os efeitos das mudanças em curso, como na prevenção e combate às práticas predatórias. A sociedade em geral, líderes e agentes públicos e privados, precisam voltar-se cada vez mais para adoção de práticas sustentáveis de desenvolvimento econômico. Está cada vez mais evidente que a economia (e a sociedade) depende do meio ambiente e não o contrário. Por isso, uma provável expansão dessa consciência resultará em

sistemas produtivos cada vez mais limpos e sustentáveis, baseados em ambientes socialmente equilibrados.

E a competitividade evolui nessa direção. Cabe alinhar ações e enfrentar tais desafios, sob pena de perdermos o protagonismo que tanto nos orgulha.

Cabe ainda parabenizar a iniciativa e o protagonismo do Centro de Liderança Pública pelo desenvolvimento desse relevante estudo que vem sendo sistematicamente aprimorado e divulgado desde 2011.

Paulo Zoldan

Economista

Secretaria de Estado do Planejamento de Santa Catarina

Anexos

1. Descrição dos Indicadores por Pilar, fonte e ano de Referência no Ranking dos Estados de 2022

Infraestrutura			
Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Acessibilidade do Serviço de Tele-comunicações	Densidade de acessos de telefonia mó-vel e banda larga fixa por 100 habitan-tes.	ANATEL e IBGE	2021
Qualidade do Ser-viço de Teleco-municações	Média simples entre o percentual de cumprimento de metas com banda larga fixa e telefonia móvel.	ANATEL	2021
Custo de Combus-tíveis	Preço médio pago em reais por consumidores finais (Etanol Hidratado, Gaso-lina Comum e Óleo Diesel), ponderado pela participação dos combustíveis no consumo total.	ANP	2021
Custo de Sanea-mento Básico	Tarifa média praticada pelo serviço de tratamento e distribuição.	SNIS	2020
Disponibilidade de Voos Diretos	Número de voos diretos domésticos regulares.	ANAC	2021
Acesso à Energia Elétrica	Percentual de domicílios com energia elétrica (rede geral ou fonte alternati-va).	IBGE	2019
Custo da Energia Elétrica	Tarifa média (com impostos) praticada para o consumo comercial, residencial, industrial e rural, ponderada pela parti-cipação das classes no consumo total de energia	ANEEL	2021
Qualidade da Energia Elétrica	O indicador aponta o Desempenho Glo-bal de Continuidade, ao considerar a duração e frequência de interrupções no serviço de energia.	ANEEL	2021
Qualidade das Rodovias	Avaliação das condições das vias rodovi-árias: nota entre 1 (ruim) a 5 (ótimo), ponderada pela extensão pesquisada.	CNT	2021
Backhaul de Fibra Óptica	Percentual de municípios com backhaul de fibra óptica.	ANATEL e IBGE	2021

Sustentabilidade Social

Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Inadequação de Moradia	% de domicílios urbanos que apresentam pelo menos 1 dos critérios de inadequação: carência de infraestrutura, adensamento excessivo de moradores em domicílios próprios, problemas de natureza fundiária, cobertura inadequada, ausência de unidade sanitária domiciliar exclusiva.	IBGE	2021
Famílias Abaixo da Linha da Pobreza	Percentual de domicílios com renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza (até R\$ 89 mensais).	IBGE	2021
Desigualdade de Renda	Índice de Gini do rendimento médio mensal real das pessoas de 14 anos ou mais de idade, habitualmente recebido, em todos os trabalhos, a preços médios do ano.	IBGE	2021
Acesso ao Saneamento Básico - Água	% de domicílios com acesso à água canalizada de rede geral de distribuição.	IBGE	2020
Acesso ao Saneamento Básico - Esgoto	% de domicílios com acesso à rede coletora de esgoto.	IBGE	2021
Anos Potenciais de Vida Perdidos	Média ponderada pela quantidade de óbitos dos anos potenciais de vida perdidos (anos faltantes para atingir 70 anos) por faixa etária.	Datasus	2019
Formalidade do Mercado de Trabalho	Proporção de ocupados formais em relação ao total de ocupados de 14 anos ou mais de idade.	IBGE	2021
Inserção Econômica	Proporção de Ocupados em relação à População Economicamente Ativa.	IBGE	2021
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano estadual.	PNUD, FJP e Ipea	2021
Inserção Econômica dos Jovens	Proporção dos jovens (entre 15 e 29 anos de idade) que estudam ou trabalham em relação ao total de jovens.	IBGE	2020

Sustentabilidade Social

Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Mortalidade Ma-terna	Óbitos maternos em relação à população feminina em idade fértil (15-49 anos).	Datusus e IBGE	2021
Mortalidade Pre-coce	Mortalidade de Jovens (15-29 anos) por causas externas.	Datusus e IBGE	2019
Mortalidade na Infância	Óbitos de menores de 5 anos por grupo de 1.000 nascidos vivos.	Datusus	2021
Desnutrição na Infância	Percentual de crianças (de 0 a 5 anos) com magreza acentuada.	Sisvan	2021
Obesidade na In-fância	Percentual de crianças (de 0 a 5 anos) com obesidade.	Sisvan	2021
Cobertura Vacinal	Taxa de cobertura vacinal: número de doses apli-cadas do imunizante indicado (1ª, 2ª, 3ª dose ou dose única, conforme a vacina) dividida pela população-alvo, multiplicado por 100.	Datusus	2021
Equilíbrio Racial	Distância entre o percentual de negros na população de 30 anos ou mais e nos grupos com ensino superior completo; maior renda (10% mais ricos) e maior sobrevida (10% mais idosos) dessa mesma faixa etária.	Índice Folha de Equilíbrio Racial (Ifer)	2020

Segurança Pública

Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Atuação do Sistema de Justiça Criminal	População prisional acusada de homicí-dio em relação ao número de homicí-dios.	DEPEN e FBSP	2021
Presos sem Condenação	Proporção de presos sem condenação em relação ao total de presos.	DEPEN	2021
Déficit Carcerário	Relação população prisional pelo total de vagas	DEPEN	2021
Mortes a Esclarecer	Óbitos por causas externas a partir de "Eventos cuja intenção é indeterminada" por 100 mil habitantes.	Datusus e IBGE	2020

Segurança Pública

Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Mortalidade no Trânsito	Óbitos por acidentes em transporte terrestre em relação a 100 mil habitantes.	Datusus e IBGE	2020
Morbidade no Trânsito	Número de internações provocadas por acidente de transporte terrestre em relação a 100 mil habitantes.	Datusus e IBGE	2021
Segurança Pessoal	Taxa de Mortes Violentas Intencionais - MVI (corresponde à soma das vítimas de homicídio doloso, latrocínio, lesão cor-poral seguida de morte e mortes decorrentes de intervenções policiais em serviço e fora) em relação a população total.	FBSP	2021
Segurança Patrimonial	Roubos totais por 100 mil habitantes.	FBSP	2021
Qualidade da In-formação de Criminalidade	Qualidade estimada dos registros estatísticos oficiais de Mortes Violentas Intencionais.	FBSP	2020

Educação

Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Avaliação da Educação	Status dos programas estaduais de avaliação da educação básica.	Secretarias Estaduais de Educação	2022
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica ponderado pelo número de matrículas de todos os níveis de Ensino e de toda a rede (Pública e Privada).	INEP	2019
ENEM	Desempenho dos alunos do Ensino Médio para acesso ao Ensino Superior e a programas de financiamento em instituições privadas.	INEP	2019
Índice de Oportunidade da Educação	Mede a qualidade das oportunidades educacionais oferecidas por municípios e estados.	Comunidade Educativa CEDAC	2021

Educação			
Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Taxa de Frequência Líquida do Ensino Fundamental	Razão entre o número de pessoas na faixa etária de 6 a 14 anos frequentando o Ensino Fundamental.	IBGE	2021
Taxa de Frequência Líquida do Ensino Médio	Razão entre o número de pessoas na faixa etária de 15 a 17 anos frequentando o Ensino Médio.	IBGE	2021
Taxa de Atendimento do Ensino Infantil	Proporção de crianças na faixa etária de 0 e 5 anos frequentando a creche/escola.	IBGE	2021
Inserção Econômica	Proporção de Ocupados em relação à População Economicamente Ativa.	IBGE	2021
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano estadual.	PNUD, FJP e Ipea	2021

Solidez Fiscal			
Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Taxa de Investimentos	Investimento liquidado / receita corrente líquida	Siconfi	2021
Regra de Ouro	Diferença entre as despesas de capital empenhadas e a receita de operações de crédito, dividida pela receita corrente líquida.	Siconfi	2021
Solvência Fiscal	Dívida consolidada líquida / receita corrente líquida	Siconfi	2021
Sucesso do Planejamento Orçamentário	Despesa liquidada pela despesa total atualizada (dotação orçamentária).	Siconfi	2021
Dependência Fiscal	Grau de dependência financeira do Estado: transferências correntes / receita corrente total	Siconfi	2021
Resultado Primário	O resultado primário é dado pela diferença entre receita primária realizada e a despesa primária empenhada no ano. A diferença é dividida pelo PIB nominal de cada Estado.	Siconfi e Tendências	2021
Gasto com Pessoal	Gasto Empenhado com Pessoal (%RCL)	Siconfi	2021

Solidez Fiscal

Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Índice de Liquidez	Índice de Liquidez = obrigações financeiras / caixa bruto. Assim, quanto maior o indicador, pior.	Siconfi	2021
Poupança Corrente	Poupança Corrente (receitas correntes - despesas correntes / receitas correntes)	Siconfi	2021

Eficiência da Máquina Pública

Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Eficiência do Judiciário	Taxa de Congestionamento Líquida (percentual de processos que ficaram repressados sem solução, comparativamente ao total tramitado, retirando os processos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório).	CNJ	2020
Custo do Executivo/PIB	Recursos públicos alocados na administração direta / PIB.	Siconfi e Tendências	2021
Custo do Judiciário/PIB	Índice de Gini do rendimento médio mensal real das pessoas de 14 anos ou mais de idade, habitualmente recebido, em todos os trabalhos, a preços médios do ano.	IBGE	2021
Custo do Legislativo/PIB	Recursos públicos alocados no legislativo / PIB	Siconfi e Tendências	2021
Índice de Transparência	Escala Brasil Transparente 360° - Ranking de "Transparência Passiva" e "Transparência Ativa".	CGU	2020
Qualidade da Informação Contábil e Fiscal	Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal Estadual no Siconfi.	Tesouro Nacional	2021
Produtividade dos Magistrados e Servidores do Judiciário	Média entre as relações: IPM (índice de produtividade do magistrado) / IPM necessário para que TJ atinja 100% do IPC - Jus; e IPS (índice de produtividade dos servidores) / IPS necessário para que TJ atinja 100% do IPC - Jus	CNJ	2020

Eficiência da Máquina Pública

Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Oferta de Serviços Públicos Digitais	Índice ABEP-TIC de Oferta de Serviços Públicos Digitais para os Governos Estaduais e Distrital.	ABEP-TIC	2022
Prêmio Salarial Público-Privado	Diferença percentual do salário médio do servidor público estadual em relação ao salário do setor privado.	IBGE	2021
Equilíbrio de Gênero na Remuneração Pública Estadual	Diferença percentual do salário médio entre homem e mulher na administração pública estadual.	IBGE	2021
Equilíbrio de Gênero no Emprego Público Estadual	Distância entre a participação da mulher em cargos da administração pública estadual (desconsiderando saúde e educação) em relação ao cenário de equilíbrio (participação da mulher na força de trabalho ampliada).	IBGE	2021

Capital Humano

Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Custo de Mão de Obra	Rendimento médio nominal de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho.	IBGE	2021
PEA com Ensino Superior	Percentual de pessoas de 14 anos ou mais de idade, na força de trabalho, com ensino superior completo.	IBGE	2021
Produtividade do Trabalho	PIB total pelas horas efetivamente trabalhadas em todos os trabalhos para pessoas de 14 anos ou mais de idade	IBGE e Tendências	2021
Qualificação dos Trabalhadores	Anos de estudo médio das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas.	IBGE	2021

Sustentabilidade Ambiental

Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Emissões de CO2	Emissões brutas subtraídas das remoções de CO2 divididas pelo PIB Total.	SEEG/OC e Tendências	2020
Serviços Urbanos	Oferta de serviços de manejo de resíduos sólidos executados pela Prefeitura, por empresas contratadas e por outros executores.	SNIS e IBGE	2020
Destinação do Lixo	Destinação adequada dos resíduos sólidos pelos municípios, conforme o tipo de resíduo emitido e a qualidade da unidade de processamento destinatária.	SNIS e IBGE	2020
Tratamento de Esgoto	Parcela de esgoto tratado do total de água consumida multiplicado pela proporção de domicílios com acesso à água encanada proveniente de rede geral de distribuição no estado	SNIS e IBGE	2020
Perda de Água	Índice de perdas na distribuição de água.	SNIS	2020
Reciclagem de Lixo	Taxa de recuperação de recicláveis em relação à quantidade de resíduos domésticos e públicos.	SNIS e IBGE	2020
Reciclagem de Lixo	Taxa de cobertura da coleta seletiva porta-a-porta em relação à população urbana.	SNIS e IBGE	2020
Desmatamento	Razão entre a área total desmatada e a soma da área de unidades de conservação (federal e estadual) e de terras indígenas.	MapBiomass, Instituto Socioambiental e Ministério do Meio Ambiente	2021
Velocidade do Desmatamento	Velocidade média do desmatamento: razão entre a área total desmatada e o número de dias decorridos entre o início e o final do desmatamento.	MapBiomass	2020
Recuperação de Áreas Degradadas	Área total modificada de uso de solo da forma antrópico (agropecuária ou áreas não vegetadas) para a forma natural (floresta ou formação natural não florestal), em relação à área geográfica total.	MapBiomass e IBGE	2020
Transparência das Ações de Combate ao Desmatamento	Transparência das ações do poder público estadual no combate ao desmatamento.	MapBiomass	2021

Potencial de Mercado

Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Tamanho de Mercado	Nível do Produto Interno Bruto (PIB).	Tendências	2021
Taxa de Crescimento	Média móvel de quatro períodos para a taxa de crescimento anual do PIB real.	IBGE e Tendências	2021
Crescimento Potencial da Força de Trabalho	Média da taxa de crescimento da PIA para os próximos 10 anos (população com idade entre 15 e 64 anos).	IBGE	2021

Inovação

Indicadores	Descrição	Fonte	Referência
Investimentos Públicos em P&D	Participação de Investimento público em P&D no PIB estadual.	MCTIC e IBGE	2019
Patentes	Total de concessões de patentes ("Patente de Invenção", "Modelo de Utilidade" e "Certificado de Adição") em relação ao PIB.	INPI e Tendências	2021
Bolsa de Mestrado e Doutorado	Proporção de discentes de pós-graduação beneficiados pela Bolsa CNPq, CAPES ou FAPs dos Estados.	CNPQ, CA-PES e CON-FAP	2021
Empreendimentos Inovadores	Número de Aceleradoras, Incubadoras, Parques Tecnológicos e Parques Científicos associados à Anprotec (Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores) para cada 1 milhão de habitantes.	Anprotec e IBGE	2022
Pesquisa Científica	Média simples das notas em pesquisa científica do Ranking Universitário Folha (RUF).	Ranking Universitário Folha (RUF)	2019



GOVERNO DE

**SANTA
CATARINA**

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO



+55 (48) 3665-1667
www.sc.gov.br

@ /planejamentosc

f /planejamentoSC

Centro Administrativo do Governo, Rod. SC 401 - km.5, nº 4.600, Florianópolis - SC | CEP: 88032-900